

Portanto, temos que chamar imediatamente esses concursados. Estamos pressionando a Secretaria da Educação, e o próprio gabinete do governador a fazer a chamada imediata e urgente do concurso de professor PEB II para as várias áreas, para as várias disciplinas.

Sr. Presidente, temos também vários outros cargos na pró-pria Secretaria da Educação, oficiais administrativos, oficiais na área de tecnologia, na área da Educação. Nós temos também outras secretarias, como a Secretaria de Segurança Pública. Teve um concurso para oficiais administrativos da Polícia Militar, aonde precisamos de cinco mil servidores na área interna da Polícia Militar, até para liberar os oficiais que estão trabalhando nos serviços burocráticos. Temos ainda, na Segurança pública, o concurso que foi feito e quase que não se fez a chamada para os cargos de delegados de Polícia, e as nossas delegacias estão fechando em todo o Estado. Há delegacias que não funcionam durante a noite ou nos finais de semana por falta de funcionários. Faltam delegados, aí teve o concurso para delegados. Faltam investigadores, escrivães, faltam também profissionais na área da Polícia Técnico-Científica, como por exemplo, fotógrafo; não tem fotógrafos, faltam os técnicos. Enfim, pessoas que fizeram o concurso para o Metrô, para a Sabesp, para as várias secretarias.

Houve uma paralisação na chamada desses concursos. As vagas estão todas abertas, a população precisando ser atendida nas delegacias, nas escolas, nos hospitais, nas repartições públicas, e não tem funcionários porque o governo não chama os aprovados nos concursos.

Sr. Presidente, essa é a primeira exigência que eu gostaria de fazer. Até porque o Decreto nº 61466 impede a contratação desse pessoal.

Eu já apresentei no ano passado um projeto de decreto legislativo (PDL) revogando esse decreto, anulando esse decreto. Agora a Assembleia Legislativa tem que aprovar o PDL que eu apresentei para resolver essa situação.

Temos também a questão da data-base salarial. O governador está afrontando a lei, está violando a legislação vigente no País. Ou seja, tanto a Lei nº 12391, que criou a data-base para os servidores do estado de São Paulo, que é no dia primeiro de março, está sendo afrontada, desrespeitada e violada, como também o Art. 37 da Constituição Federal.

O governo não está concedendo reajuste salarial aos servidores, nem mesmo a reposição das perdas inflacionárias. Os professores e todos os servidores estão sendo prejudicados. Inclusive o quadro de apoio está em uma situação deplorável do ponto de vista salarial e do posto de vista funcional e das condições de trabalho.

O mesmo ocorre em todas as categorias. Os servidores da Segurança pública, do sistema prisional, da Fundação Casa, todos estão sendo desrespeitados, e outros setores também. O governo não faz a suplementação orçamentária para o Tribunal de Justiça reajustar os salários de seus servidores, para fazer a chamada dos aprovados em concurso público de escrevente, por exemplo.

No Ministério Público, na Defensoria Pública, todos os servidores estão sendo prejudicados por conta desse arrocho e desse confisco salarial que o governador Geraldo Alckmin já colocou em curso há algum tempo. Mesmo antes da crise econômica, o arrocho já está sendo praticado pelo governo Alckmin e pelo governo do PSDB.

Eu digo que em São Paulo não é necessário aprovar o PLP nº 257, aquele projeto de lei da ex-presidente Dilma Rousseff, que agora o Michel Temer pretende aprovar já no Senado Federal, que congela salários dos servidores estaduais, congela promoções, acaba com quinquênio, com sexta-parte, com falta abonada.

Tudo isso desaparece. Todos os benefícios dos servidores desaparecem com o PLP nº 257, por pelo menos dois anos. Aqui em São Paulo, isso já está em prática, até porque a presidenta Dilma Rousseff, quando apresentou esse projeto nefasto contra os trabalhadores, os servidores estaduais, inspirou-se nas políticas do governador Geraldo Alckmin, porque ele já faz isso há muito tempo.

Aliás, o Serra já fazia. Como o Geraldo Alckmin foi governador por tanto tempo - talvez seja um dos governadores que está há mais tempo no aparelho do Estado -, nós sempre o citamos como representante dessa corrente neoliberal, que confisca salários, arrocha os proventos dos servidores, dos aposentados e dos pensionistas.

Sr. Presidente, quero fazer essas duas exigências. Que o governo compra a lei da data-base salarial, a Lei nº 12.391, de 2006, e o Art. 37 da Constituição Federal, que obriga todos os entes federativos a fazerem, no mínimo, a reposição das perdas inflacionárias. Também exigimos que o governo faça a chamada dos aprovados em todos os concursos públicos realizados até agora.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a Sessão Ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão da última quinta-feira. Lembramos ainda da Sessão Solene a realizar-se hoje, às 19 horas e 30 minutos, com a finalidade de homenagear os 75 anos da Fundação da Aliança Pró Evangelização das Crianças - APEC.

Está levantada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 15 horas e 13 minutos.

27 DE SETEMBRO DE 2016 136ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO e CARLOS GIANNAZI
Secretário: CORONEL TELHADA

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e abre a sessão. Saúda os professores Marco Aurélio, Janaina Barros e Mariana Esteves, e os estudantes do colégio Santa Amália, presentes nas galerias, e elogia o deputado Carlos Giannazi pelo convite feito aos visitantes.

2 - CORONEL TELHADA

Relata visita ao sargento Wesley Carlos Turíbio e à sua família. Comenta os danos físicos causados ao servidor, em ocorrência policial. Enaltece a dedicação familiar ao tratamento do PM. Peda orações por sua recuperação. Faz apelo ao governador Geraldo Alckmin pelo reajuste salarial do funcionalismo público.

3 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Solidariza-se com o discurso do deputado Coronel Telhada, e salienta que, a seu ver, a formação médica do governador deve levá-lo a compreender e atender as reivindicações dos servidores públicos.

4 - CARLOS GIANNAZI

Cumprimenta os alunos e professores visitantes desta Casa. Critica a proposta de reforma do ensino médio apresentada pelo governo federal, sobretudo a possibilidade de retirada de disciplinas do currículo deste nível de ensino. Considera que, a seu ver, o projeto tem finalidade de transmitir a ideologia do Estado. Reprova a ideia de retirada da exigência de concurso público e de formação específica para ingresso no Magistério. Informa a realização de protesto, por estudantes da rede pública de ensino, contra tais medidas.

5 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

6 - JOOJI HATO

Tece elogios à atuação do presidente Michel Temer. Deseja sucesso a seu Governo. Comenta a crise econômica brasileira. Ressalta as dificuldades enfrentadas pelos serviços públicos. Acentua que o presidente já indicou que a reforma do ensino médio não deve fazer exclusão de disciplinas escolares. Defende a implantação de câmeras de segurança em São Paulo. Discorre sobre projetos de lei de sua autoria que visam a combater a violência no Brasil.

7 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

8 - CARLOS GIANNAZI

Acentua sua descrença na possibilidade de qualidade do Governo Temer, que, a seu ver, trabalha a favor de especuladores financeiros. Aponta que a proposta de retirada de disciplinas do currículo do ensino médio não foi modificada no projeto apresentado ao Congresso Nacional. Critica as medidas de reajuste fiscal, reformas trabalhista e da Previdência Social em curso. Ressalta a citação de membros do atual governo federal na Operação Lava Jato. Defende a criação de nível universitário para os escreventes do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Faz apelo ao governador Geraldo Alckmin pelo cumprimento da data-base salarial dos funcionários públicos, pela suspensão da proibição de reajuste dos servidores, e pela convocação de aprovados em concursos públicos. Assinala a defasagem de professores e policiais nos serviços públicos.

9 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

10 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 28/09, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convindo o Sr. Deputado Coronel Telhada para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - CORONEL TELHADA - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.)

A Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença dos alunos do Colégio Santa Amália, do bairro da Saúde, em São Paulo, acompanhados dos professores Marco Aurélio, Janaina Barros, Mariana Esteves, a convite do nobre deputado Carlos Giannazi. A todos as homenagens do Poder Legislativo. (Palmas.)

Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, assessores e funcionários da Assembleia Legislativa, telespectadores da TV Assembleia, senhores policiais militares aqui presentes, queridos alunos e professores do colégio Santa Amália, hoje pela manhã visitei, na zona leste, em Itaquera, a família do sargento Turíbio.

Acho que a maioria do pessoal não lembra, mas o sargento Turíbio, há cerca de dois anos, no dia 27 de janeiro de 2015, foi baleado numa ocorrência policial de caixa eletrônico, com um tiro na cabeça. Ele estava junto com o soldado Diego, então com 28 anos de idade. Ambos foram socorridos, mas o soldado não resistiu, vindo a falecer.

O sargento Turíbio até hoje está em sua residência, praticamente com metade da cabeça, uma situação muito delicada, muito difícil. Um jovem de 31 anos de idade, que tinha toda uma vida pela frente, interrompida de uma maneira brutal.

Estive lá com a família, prestando o nosso apoio, nossa assessoria. Para quem passa por uma situação dessas, é muito difícil ver um ente querido numa cama, praticamente imóvel. Ele está tendo uma recuperação, graças a Deus, ele já está mexendo um dedo, através da fisioterapia. É um grande progresso, para quem tomou um tiro na cabeça e perdeu uma parte do cérebro.

Mas é uma situação muito difícil, ver um jovem, em plena saúde física, daquele jeito, numa cama. E também financeiramente, porque a família passa a ter um gasto terrível, não só o atendimento de enfermagem, com remédios, que são dados ao sargento, mas a parte de manutenção da família é terrível: lavar a roupa de cama, a roupa íntima.

Enfim, a família passa por uma situação muito difícil. O pai do sargento, o subtenente Wilson, pediu para agradecer à Polícia Militar, às associações, ao major Olímpio, aos amigos que têm sempre estado presentes, acompanhando a situação do sargento Turíbio. Pediu para que todos olhem por ele, porque é uma situação que só Deus agora. A parte médica foi feita, agora só um milagre na vida do sargento.

E a família crê num milagre, crê que o filho vai voltar a andar. Eu creio em milagres, mas é preciso muita oração. Quero concitar todos os amigos da Assembleia, as crianças presentes hoje, aos amigos que nos assistem pela TV Assembleia, que façamos uma corrente de oração por esse amigo, sargento Turíbio, que passa por uma situação muito difícil.

A família dele, consequentemente, passa junto por essa situação terrível. Nós, que somos pais ou mães, sabemos a dor que deve ser ver um filho numa situação dessas. Quero concitar todos os amigos para que ajudem essa família nesse momento difícil, de grande aflição, para que Deus se compadeça e possa ajudar e trazer esse milagre para a família.

Quero agradecer publicamente, porque temos muita dificuldade na área da Saúde. É uma realidade, infelizmente, em todo o Brasil. Mas, no caso do sargento Turíbio, graças aos esforços

de todos os amigos, ele tem sido assistido de uma maneira condizente. Aqui vamos trabalhar para melhorar a Saúde no Brasil. É uma situação terrível o que tem acontecido na Saúde do Brasil. Aliás, em todos os setores públicos, como na Saúde, na Educação, na Segurança pública. Nós, os 94 deputados, precisamos nos unir e lutar pela nossa Saúde, pela nossa Educação, pela nossa Segurança pública, pela nossa Assistência Social. Enfim, por todos os setores do funcionalismo público que têm como obrigação atender à população. Todos nós somos também dependentes disso; nós, nossos filhos, nossas famílias.

Quando vamos falar em serviço público, não existe partidatismo, não existe ideologia, o que existe é atendimento e todos nós estamos na mesma situação. É necessário, portanto, que todos nós, 94 deputados, estejamos unidos para que consigamos um resultado junto ao Governo do Estado.

Quero aqui publicamente, mais uma vez, falar ao Sr. Governador do Estado, quanto ao reajuste salarial para todo o funcionalismo público. Vão completar três anos, praticamente, período em que não houve qualquer espécie de reajuste para a Saúde, Educação, Segurança pública, enfim, para todo o funcionalismo público.

Eu digo todos os dias aqui ao Sr. Governador o seguinte: “governador, não espere o pessoal da Segurança pública, da Saúde, da Educação, enfim, não espere o funcionalismo público ir às ruas exigir seus direitos. Faça a sua obrigação de chefe, de comandante, de governador, e assista os seus funcionários; para isso V. Exa. foi eleito.” Ou seja, o senhor foi eleito para cuidar da população, para cuidar do Estado e para fazer os funcionários públicos trabalharem de uma maneira valorosa, e uma das valorizações de suma importância é a parte salarial também.

Portanto, Sr. Governador, não se esqueça do seu já sofrido funcionalismo público. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Esta Presidência parabeniza o nobre deputado Coronel Telhada, sempre defendendo a Segurança pública, sempre se lembrando das pessoas da Polícia Militar, dos policiais que sofreram ataques, no caso o sargento Turíbio, que tem a nossa solidariedade, com certeza a solidariedade e o apoio de todos os senhores deputados desta Casa para que se recupere o mais rápido possível. E quanto à reivindicação de V. Exa., o nosso governador Geraldo Alckmin é médico e como tal acho que há de atender às reivindicações não só de V. Exa., como de todos nós deputados desta Assembleia Legislativa, que queremos principalmente segurança para resguardar a vida que é direito de todos, Educação que é extremamente importante para a prevenção da área da Segurança pública e também Saúde nos nossos hospitais que estão em grande dificuldade. Como disse, o governador é médico e acho que vai tomar as devidas providências. Oxalá S. Exa. tome essas providências o mais rápido possível, porque ninguém suporta mais esse sofrimento.

Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiami. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi, pelo tempo regimental.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente em exercício, nobre deputado Jooji Hato, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Alesp, público aqui presente, quero primeiramente saudar os nossos alunos e professores do Colégio Santa Amália, que estão aqui num projeto pedagógico, para conhecer o funcionamento do Poder Legislativo. Parabéns pela visita e por vocês terem incluído essa pauta do Poder Legislativo, para conhecer um pouco mais o funcionamento da política e de um poder importante. São três poderes: Poder Judiciário, Poder Executivo e o Poder Legislativo.

Sr. Presidente, falando em Educação, não posso deixar de registrar e informar a todos que o nosso mandato ontem protocolou uma representação no Ministério Público Federal contra a Medida Provisória nº 746, do presidente Michel Temer, que propõe a reforma do ensino médio.

Eu digo que não é nem uma reforma do ensino médio, nem uma medida provisória. Digo o seguinte: digo que a reforma é tão absurda que se trata de uma contrarreforma do ensino médio. É uma contrarreforma do ensino médio e também não é nem uma medida provisória, mas um ato institucional. Uma medida antidemocrática, não havia necessidade de uma medida provisória, que atropela todo o debate que já estava sendo realizado no Brasil sobre o ensino médio, inclusive sobre uma possível reforma do ensino médio. Isso já estava sendo debatido com amplos setores da sociedade, sobretudo os setores ligados à área educacional.

É uma medida autoritária, que veio de cima para baixo. Não houve consulta a esses setores. Os alunos, os professores e as instituições não foram consultados. As entidades representativas do setor, sobretudo do Magistério, não foram consultadas.

É uma contrarreforma danosa para o ensino médio, que tira a obrigatoriedade de disciplinas importantes, que foram recolocadas, inclusive, recentemente no currículo escolar do ensino médio, como filosofia, sociologia, educação física e artes. São disciplinas que perdem o seu peso, porque elas não serão mais obrigatórias no ensino médio.

Isso é um absurdo, porque nos remete às reformas feitas pelos militares nos anos 60 e 70, que fizeram a mesma coisa, extinguindo a filosofia e a sociologia do ensino médio, criando educação moral e cívica e OSPP, para transmitir a ideologia de segurança nacional, a doutrina de segurança nacional para nossos alunos, instrumentalizando as escolas brasileiras para o estado autoritário que foi instalado com o golpe empresarial-militar de 1964, que durou até 1985.

Essa reforma feita pelo governo de Michel Temer também atende a uma necessidade do próprio governo. Esse processo cumpre um papel ideológico e político também, e nós não vamos aceitar.

Por isso nós fomos ao Ministério Público Federal, porque o projeto é muito ruim. A medida provisória é péssima. Ela acaba, por exemplo, com a exigência do concurso público de provas e títulos para o ingresso no Magistério. Acaba com a necessidade e com a exigência de formação específica em uma determinada área para que o professor possa lecionar. Ou seja, um professor de português pode ter formação em outra área, e vai lecionar português. Isso é um absurdo, é um retrocesso para a Educação brasileira.

É um projeto que tem várias incoerências, várias afrontas aos alunos, aos professores e ao ensino médio. Por isso ontem nós fomos ao Ministério Público Federal, pedindo que a medida seja revogada imediatamente, porque ela coloca em risco a Educação brasileira, coloca em risco a aprendizagem dos nossos alunos.

Como eu disse ontem, não havia necessidade de uma medida provisória, até porque já há um projeto de lei tramitando no Congresso Nacional e já há debates sobre o tema. Então, não haveria necessidade.

A medida provisória só existe, só é enviada ao Congresso Nacional em um caso de necessidade de extrema urgência, quando é algo relevante, emergencial, o que não é o caso. Como eu disse, já havia o debate e já há um projeto de lei tramitando no Congresso Nacional.

O fato é que essa reforma do ensino médio está sendo já repudiada pelos amplos setores educacionais. Alunos se manifestaram ontem na Avenida Paulista. Fizeram um grande ato. Mais de 1.000 alunos do ensino médio foram às ruas.

Há outros atos programados em todo o Brasil. Os alunos são os mesmos que resistiram contra o fechamento de escolas aqui no ano passado, quando o governador Geraldo Alckmin tentou fechar quase 100 escolas.

Esses alunos não concordam, e eles vão reagir, com razão, e terão todo o nosso apoio. Nós, professores e alunos, não vamos aceitar, em hipótese alguma, uma reforma como essa. Nós queremos sim uma reforma do ensino médio, mas não essa reforma.

O ensino médio sempre esteve em crise no Brasil. Ele precisa de uma reformulação, mas essa reformulação precisa de um amplo debate, um consenso na sociedade. Essa atende a interesses ideológicos e políticos. Por isso nós fomos ao Ministério Público Federal.

Espero que a Procuradoria-Geral da República tome providências imediatas, suspendendo essa medida provisória.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.)

Exgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar.

Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando. (Pausa.)

Tem a palavra o nobre deputada Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.)

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi. (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, nobre deputado Carlos Giannazi, gostaria de cumprimentar os caríssimos alunos e professores da Escola Santa Amália. Sejam bem-vindos!

Nobre deputado Carlos Giannazi, que é um defensor da Educação, o nosso presidente Michel Temer é jurista, foi presidente da Câmara Federal, teve uma vida pública sadia e é democrata. É um grande democrata que combateu a ditadura e que pertence ao meu partido.

Hoje o Dr. Michel Temer é o presidente da República. Nós oramos e torçemos para que S. Exa. vá bem. Se S. Exa. for bem, o nosso País irá bem. Se S. Exa. for mal, nós estaremos no mesmo barco. Como timoneiro e capitão do barco, se S. Exa. não chegar a um porto seguro, nós iremos naufragar em um país que já está naufragado. É um país que tem mais de 12 milhões de desempregados. As lojas e empresas estão sendo fechadas.

Para mim, este não é um país sadio. Olhem como está a Saúde. A Educação então, nem se fala. Olhem, por exemplo, a Segurança e vejam quanta marginalidade, sequestro, assassinato, estupro e bandidagem.

Nobre deputado Carlos Giannazi, talvez não seja nem preciso que V. Exa. faça com que o Ministério Público tome as devidas providências. Ser presidente de um país continental como este é muito difícil. Quando o ministro faz alguma coisa, o culpado é o presidente. Quando alguém faz uma modificação, essa reforma na Educação, que é muito importante...

Faz apenas alguns dias que o Michel Temer é presidente da República, mas já declarou que, na reforma da Educação, não irá tirar ou abolir as matérias Educação Física e Ciências. Sua Excelência não irá fazer essas reivindicações. O nobre deputado Carlos Giannazi, com certeza, irá colaborar com o presidente da República, Sr. Michel Temer, porque eu acredito que o deputado Carlos Giannazi não é do time “quanto pior, melhor”, mas do time que é o “Partido do Brasil”, chamado PB.

Nós temos que estar unidos para que o País siga bem. O Michel Temer é democrata, professor e já combateu a ditadura. Sua Excelência já fez uma declaração à “Folha de S. Paulo” e disse que, na reforma, não irá tirar a Educação Física, como estão dizendo algumas pessoas.

Gostaria ainda de falar sobre outro assunto que me preocupa muito. Aprovei nesta Casa um projeto das câmeras de segurança. Esse projeto está sendo adotado por um candidato à Prefeitura de São Paulo. É um candidato que abraçou essa lei que aprovamos aqui. Ele vai a público e à imprensa e diz que as câmeras de seguranças devem ser colocadas em locais com muita incidência de crimes, como estupros, assassinatos, tráfico e consumo de drogas.

Quero agradecer a todos os deputados que me ajudaram a aprovar esta lei extremamente importante para a nossa juventude, para os nossos herdeiros: para vocês que estão nas galerias no dia de hoje.

Mas quero também dizer que temos essa violência por quê? Porque não se fiscaliza, não se policia. As pessoas andam armadas, são armas de numeração raspada, armas roubadas, contrabandeadas e os órgãos competentes parecem fechar os olhos a isso ou por má vontade ou por incompetência ou por não terem coragem política para cercarem as fronteiras brasileiras e impedir que drogas e armas contrabandeadas entrem no País. Talvez as nossas autoridades não tenham competência, não consigam assumir a sua função, não consigam cumprir com o seu dever de fiscalizar e policiar. Se armas e drogas passam pela fronteira internacional, que se fiscalizem as fronteiras interestaduais. Se passam pelas fronteiras interestaduais, que se fiscalize “in loco”. Tem gente vendendo droga na porta de escolas, de colégios. Não é o caso dos jovens do Colégio Santa Amália, mas temos jovens que deixam a escola e vão se emberrar nesses botecos nas calçadas, que só servem para impedir a passagem das pessoas. Por isso fiz a Lei Seca, a Lei Fecha Bar, a chamada Lei do Silêncio, que está salvando vidas, diminuindo a desagregação familiar, diminuindo o número de acidentes.

Portanto, peço que os órgãos competentes comecem a policiar, a fiscalizar fazendo blitz para o desarmamento, não apenas a blitz com o bafômetro para ver se o indivíduo está alcoolizado e não pode dirigir porque pode atropelar ou ser atropelado indo todo mundo parar no pronto-socorro sobrecarregando os nossos hospitais que não têm nem condições de atender à demanda normal.

Temos de salvar os adolescentes tirando-os das ruas. Eles estão indo para o caminho do crack, do entorpecente, da cocaína, essa epidemia que assola o território nacional e traz infortúnio e tristeza para os pais.

Precisamos agir, precisamos combater o narcotráfico, o consumo de drogas, o alcoolismo. Temos de trabalhar para que os nossos jovens tenham um futuro melhor porque essa herança que recebemos não nos serve: um Brasil violento, um Brasil com crise social, desemprego. Temos obrigação de buscar um país melhor para os nossos jovens, oferecendo quadras esportivas, pistas de skate, campos de futebol, oferecendo educação, cultura. Este é o caminho.